

IMPLANTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO SINAES: O QUE DIZEM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR¹

<https://dx.doi.org/10.5902/2318133883777>

Jaqueline Dourado do Nascimento²
Edmilson José dos Santos Júnior³
Cinthia Lima dos Santos⁴
Wezley Ricardo Bezerra Gonçalves⁵

Resumo

Avaliar contribui para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a qualidade do ensino nas instituições de ensino superior. O artigo tem o objetivo de analisar como aconteceu a implantação dos instrumentos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nos projetos pedagógicos de cursos de graduação de uma instituição federal de ensino superior. A abordagem qualitativa, com uso da análise documental dos projetos pedagógicos de cursos, foi a metodologia aplicada. Notou-se que as avaliações externa e institucional são tratadas superficialmente e que não há compreensão sobre a diferença entre elas e há pouco uso dos resultados. Logo, é crucial implantar uma cultura avaliativa que favoreça um conhecimento aprofundado da realidade e melhoria dos meios de gestão e pedagógicos.

Palavras-chave: avaliações externas; projetos pedagógicos de cursos; avaliação institucional; gestão.

EXTERNAL EVALUATION AND INSTITUTIONAL EVALUATION: WHAT DO THE PEDAGOGIC COURSE PROJECTS OF A FEDERAL EDUCATION INSTITUTION TELL US

Abstract

Evaluating contributes to a reflection on pedagogical practices and the quality of teaching in Higher Education Institutions. The article aims to analyze how the evaluation instruments of the National Higher Education Assessment System were implemented in the pedagogical projects of

¹ Este texto trata-se de uma versão ampliada e corrigida do artigo *Avaliação externa e avaliação institucional: o que nos dizem os projetos pedagógicos de cursos de uma instituição federal de ensino?*, publicado nos anais do Simpósio Avalies 2019.

² Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: jaqueline.dourado@ufca.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0889-0349>.

³ Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: landimjrdeluna@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1527-3912>.

⁴ Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: limacynthia89@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9154-0525>.

⁵ Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: wezley.ricardo@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1854-4060>.

Crerios de autoria: os autores conceberam a ideia. Edmilson Júnior, Cinthia Santos e Wesley Ricardo realizaram a coleta, descrição e análise dos dados da primeira versão. Jaqueline Nascimento participou da fundamentação teórica e análise dos dados. A revisão do texto foi realizada por Edmilson Júnior e Jaqueline Nascimento.

Recebido em 3 de março de 2023. Aceito em 15 de junho de 2023.



undergraduate courses at a federal institution of higher education. The qualitative approach, with the use of documental analysis of the Pedagogical Projects of Courses, was the applied methodology. It was noted that external and institutional evaluations are treated superficially. There's no perception of the difference between them and little use of the results. Thus, it's crucial to implement an evaluative culture that favors in-depth knowledge of reality and improvement of management and pedagogical means.

Key-words: external evaluations; pedagogical course projects; institutional evaluation; management.

Introdução

Este artigo se insere no campo das políticas de avaliação da educação superior, ao se debruçar numa investigação com enfoque nos instrumentos integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes -, e sua relação com os projetos pedagógicos de cursos de graduação de uma instituição pública de ensino superior.

No campo educacional, uma questão fundamental gira em torno da qualidade do ensino, em que os diferentes sujeitos tenham condições de aprender com qualidade para o exercício da cidadania e inclusão no mundo do trabalho. A educação de qualidade como um direito de todos, difundida pela Unesco, suscita a necessidade de modificação das práticas de gestão implantadas pelos gestores públicos nas diferentes sociedades (Unesco/Orealc, 2008).

Neste sentido, importa ressaltar que os resultados oriundos de políticas avaliativas deste campo permitem identificar os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino, fornecendo informações que contribuem na elaboração de mecanismos que buscam a melhoria da qualidade do ensino ofertado. Contudo, estes resultados têm sido utilizados de maneira deficitária, uma vez que as instituições tendem a focar na medição da eficácia de suas práticas por meio da utilização dos rankings acadêmicos, pouco considerando a perspectiva formativa do sistema avaliativo (Martins, Barreyro, 2023; Sawicki; Pagliarin, 2018; Nunes, Avila, 2017).

Não obstante, em observância à portaria normativa do MEC n. 840, de 2018, no que tange à realização de procedimentos avaliativos do referido sistema, notadamente, na avaliação institucional externa *in loco*, alguns documentos e normativas produzidos pelas instituições de ensino superior são levados em consideração para atribuição de conceitos e notas para avaliar a eficácia do ensino, sobretudo os projetos pedagógicos de cursos e o plano de desenvolvimento institucional (Brasil, 2018).

Nesse direcionamento, no que diz respeito aos PPCs, são documentos com fins pedagógicos e de gestão, que objetivam nortear a estrutura curricular, os métodos de ensino, questões organizacionais e até mesmo os desejos e anseios do coletivo, de modo alinhado às diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação, bem como à visão, missão e valores da IES (Veiga, 2004). Ademais, apresentam elementos que evidenciam a participação e o diálogo de diversos atores sociais envolvidos na sua construção, uma vez que a educação é considerada um bem público que deve promover mudanças efetivas na sociedade em geral, por isso possuindo característica emancipatória e correlação com os procedimentos avaliativos (Veiga, 2003; 2004; Dias Sobrinho, 2013).

Segundo Sanches e Raphael (2006), o projeto pedagógico das instituições deve manter relação direta com as avaliações externas, atuando especificamente nas práticas sociais, éticas, pedagógicas, políticas, de desempenho, entre outros, que influenciam diretamente na qualidade do ensino ofertado. Outrossim, o debate acerca da articulação da avaliação e dos projetos pedagógicos possibilita, aos diferentes sujeitos envolvidos com a educação superior, um conhecimento aprofundado de seu contexto, suas potencialidades e limitações.

Na perspectiva do que foi exposto, este trabalho objetiva analisar de que forma ocorreu a implantação dos instrumentos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nos projetos pedagógicos de cursos de graduação de uma instituição federal de ensino superior.

Contextualizando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

O Brasil passou, nas últimas décadas, por inúmeras transformações na educação superior, sobretudo com a criação e ampliação de IES. Este cenário, conseqüentemente, necessitou da implantação de mecanismos avaliativos cada vez mais eficientes, com a capacidade de realizar avaliações completas e sistemáticas (Dias Sobrinho, 2010; Ristoff, 2013).

Nas palavras de Dias Sobrinho (2013), a educação define-se enquanto “um bem público e direito social, pois tem como finalidade essencial a formação de sujeitos e, por consequência, o aprofundamento da cidadania e da democratização da sociedade” (p. 109). Com efeito, a partir da década de 1980, com a reestruturação do Estado brasileiro, bem como a ampliação do campo teórico sobre avaliações, a avaliação passou a incorporar os diferentes mecanismos de diagnóstico e acompanhamento das políticas públicas, principalmente as de natureza educacional, tornando-se um instrumento de contribuição para a melhoria da qualidade do ensino ofertado, assim como subsidia informações que corroboram com a tomada de decisões (Gaudio, 2014; Abramowicz, 1994).

A avaliação é considerada por Agum, Riscado e Menezes (2015) e Souza (2006) como uma etapa importante do ciclo das políticas públicas. Conforme pensam os referidos autores, a avaliação assume, dentre outras funções, o papel de diagnóstico, identificando os possíveis avanços e falhas, fomentando no campo da gestão a correção e o aprimoramento das práticas.

No campo educacional encontram-se presentes, nos principais documentos reguladores, como a LDB (Brasil, 1996), orientações para a criação de mecanismos de diagnóstico da situação da educação brasileira, por meio dos sistemas de avaliação nos diferentes níveis de ensino, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb -, criado em 1994, com a portaria n.º 1.795 e o Sinaes, criado em 2004, com a lei n.º 10.861 (Brasil, 1994; 2004).

O Sinaes estrutura-se por meio de três componentes. O primeiro componente é a avaliação das instituições, que busca conhecer as características pertinentes a cada IES, além de regular a prática da autoavaliação, sendo importante para o conhecimento da sua realidade institucional e para contribuir para a tomada de decisão no âmbito da gestão, bem como preparar a unidade de ensino para as avaliações externas. O segundo

componente é a avaliação dos cursos de graduação, como a criação de uma equipe multidisciplinar composta por especialistas que são encarregados de avaliar os cursos; já o terceiro componente é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade -, que tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes de nível Superior no momento de ingresso e na conclusão de seus respectivos cursos de graduação (Polidori; Araújo; Barreyro, 2006; Brasil, 2010; 2004).

No que se refere ao funcionamento das IES e dos cursos de graduação, os atos autorizativos que envolvem o credenciamento, reconhecimentos das IES e de autorização, reconhecimento e renovação de cursos de graduação são de responsabilidade da Secretaria de Educação Superior. O Inep analisa os documentos referentes às instituições e aos cursos, dentre eles o PPC, considerando as orientações presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (Nunes; Avila, 2017).

As avaliações externas, como a avaliação de curso e o Enade, fornecem informações referentes à educação superior e seus resultados servem de base para os aspectos regulatórios e o acompanhamento da qualidade do ensino, contribuindo para mudanças em cada curso, como a revisão de currículos, de projetos e de programas que venham a incidir em novas práticas e tecnologias educacionais aplicadas à formação dos estudantes (Verhine; Dantas; Soares, 2006; Griboski, 2012; Brasil, 2004).

A inclusão de outros elementos avaliativos, além da avaliação do rendimento acadêmico dos estudantes, como propõe o Enade, é necessária devido à limitação das avaliações em larga escala, vez que, em muitos casos, não conseguem avaliar de maneira ampliada, o que requer a integração de outros métodos. Segundo Sawicki e Pagliarin (2018), “a avaliação em larga escala não pode pautar-se apenas pelo resultado de uma prova, mas sim ser utilizada como instrumento para a promoção de políticas de melhoria da educação” (p. 29). Vale ressaltar que o sistema educacional é complexo, o que demanda uma abordagem avaliativa multifacetada. Assim, auferir a sua qualidade utilizando somente um instrumento possibilitaria uma visão cerceada dele. Nessa perspectiva, é primordial

favorecer a articulação entre o desenvolvimento do currículo, as metas de aprendizagem esperadas e os sistemas de avaliação, de tal forma que o currículo constitua a base para a avaliação do rendimento dos alunos e que, por sua vez, a avaliação aporte informação útil para a melhoria do currículo. (Unesco/Orealc, 2008, p. 124)

Ante o exposto, cumpre salientar que obter uma avaliação externa do PPC como satisfatória não necessariamente é prerrogativa da existência de um projeto pedagógico que articule a teoria e a prática na vivência dos estudantes. Nesse sentido, a verificação da relação entre o proposto nos documentos norteadores e o que ocorre no cotidiano dos cursos de graduação torna-se essencial para o acompanhamento das estratégias e dos serviços oferecidos pelas instituições de ensino e políticas de gestão.

No ponto de vista de Almeida e Tartuce (2017), acerca da articulação do PPC e a avaliação institucional, as autoras afirmam que os resultados da avaliação são pouco utilizados para a melhoria destes documentos. Estes estão direcionados para a parte técnica da educação, (Veiga; 2003; 2004, o qual têm servido tanto para a organização da prática pedagógica quanto para a regulação do sistema. Ademais, contêm um caráter político, na perspectiva de uma educação inclusiva e emancipadora, que possibilita a

inserção profissional e cidadã dos diferentes sujeitos sociais. Ao considerar uma educação ao longo da vida, a articulação das ferramentas pedagógicas tende a contribuir para essa formação ampliada e a indissociabilidade das visões técnica e política da educação. Segundo Veiga (2004), nessa lógica, a avaliação tem uma característica de continuidade, em um processo de reflexão e ação sobre a prática pedagógica, contribuindo para uma compreensão ampliada do contexto educacional.

Além disso, partindo da premissa de que uma das competências dos resultados da avaliação é a possibilidade de contribuir com a gerência das práticas de planejamento e gestão estratégica das instituições de ensino superior, é função precípua dos gestores e de sua equipe realizar ampla análise e criar estratégias, quando necessárias, para aprimorar o ensino e os projetos pedagógicos (Sawicki; Pagliarin, 2018). Além disso, acredita-se que “na gestão acadêmica, entre outras responsabilidades, pode-se destacar a exigência de construir, desconstruir e rever os projetos pedagógicos e, nestes, as propostas curriculares dos cursos de graduação” (Haas, 2010, p. 167).

Haas (2010), destaca quais são os pontos específicos que a gestão de uma IES deve levar em consideração no que diz respeito à avaliação em larga escala, que são: educação e ensino; Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior; projetos pedagógicos institucionais; matriz curricular; organização e gestão da instituição. Dessa forma, é necessário que haja alinhamento entre o PDI, o projeto político pedagógico institucional e os PPCs, uma vez que os resultados das avaliações internas e externas só podem ser compreendidos tomando como base todos esses instrumentos e como essa articulação promovida pela IES se dá na prática. A qualidade do ensino superior ofertado envolve questões referentes ao desempenho do estudante, o conhecimento acerca das normas regulamentadoras, a relação da gestão acadêmica e a sociedade em geral, a participação no colegiado, entre outros.

Metodologia

Neste trabalho, ao buscar compreender a relação estabelecida entre a avaliação institucional e os projetos pedagógicos de cursos, a partir de um processo de reflexão e ação nas práticas pedagógicas e de gestão, uma pesquisa de abordagem qualitativa foi delineada, com a utilização da técnica de análise documental (Ludke; André; 2018). Além disso, as autoras consideram que a partir de investigações focadas em documentos, podem-se extrair dados relevantes dentro do contexto, da problematização e dos objetivos aguçados em cada pesquisa, além de subsidiar resultados mais ampliados, complementando outras técnicas de coleta de dados.

A instituição de ensino superior investigada neste estudo oferta 17 cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, distribuídos em 5 campi. Os cursos são: Administração, Administração Pública e Gestão Social, Agronomia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Design, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Filosofia, História, Interdisciplinar de Ciências Naturais e Matemática, Jornalismo, Letras/Libras, Matemática Computacional, Medicina e Música. Na etapa de coleta dos documentos, foi acessado o portal oficial da Universidade, de onde foi possível extrair os PPCs, com exceção daqueles que foram encontrados nos

sites oficiais de seus próprios cursos, também vinculados ao portal institucional. Não estava disponível o PPC do curso de Design de Produto, uma vez que o curso ainda estava em fase de extinção.

Quadro 1 -
Relação dos cursos de graduação pesquisados.

Curso	Ano	Link do PPC
Administração	2009/2019	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6213
Administração Pública e Gestão Social	2010/2016	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6274
Agronomia	2018	http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=5107
Biblioteconomia	2006	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6231
Ciências Contábeis	2018	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6281
Ciência da Computação	2018	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6235
Design	2014	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6285
Engenharia Civil	2017	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6287
Engenharia de Materiais	2009	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6291
Filosofia	2007	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6295
História	2014/2016	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6293
Interdisciplinar de Ciências Naturais	2017	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6297
Jornalismo	2016	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6255
Letras/Libras	2018	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6300
Matemática Computacional	2018	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6302
Medicina	2001	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6264
Música	2014	https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=6266

Fonte: autores (2019).

Para a categorização das informações contidas nos PPCs, foram utilizados os seguintes descritores: avaliação externa; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; Enade; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; Sinaes; avaliação do PPC; autoavaliação; e avaliação institucional. Para fins de análise dos

dados, foi elaborado um quadro contendo informações referentes ao nome do curso, período de criação dos PPCs, com agrupamento das informações com base nos descritores, verificando a existência ou não destes, assim como que tipo de conteúdo foi abordado.

Resultados e discussão

Avaliar possibilita visualizar as lacunas e problemas decorrentes das ações desenvolvidas nos diversos espaços sociais. Com base nessa afirmação, iniciamos a análise dos PPCs, buscando verificar quais informações estão disponíveis sobre a avaliação institucional e como a temática é abordada nos documentos institucionais. Dos 17 cursos de graduação da instituição investigada foram examinados 20 PPCs. Esse total é diferente do quantitativo de cursos em decorrência dos cursos de bacharelado em Administração, Administração Pública e Gestão Social e História possuírem mais de um PPC. O primeiro foi modificado para adequar o perfil do egresso com as questões econômicas e locais e, o segundo, para adequar as diretrizes curriculares nacionais aprovadas em 2014 para os cursos do campo de pública e o fortalecimento da gestão social. O terceiro não possui uma explicação do motivo da existência de um novo PPC (PPC Administração, 2019; PPC Administração Pública, 2016).

Foi possível verificar que a avaliação externa é descrita na maioria dos PPCs, representando o quantitativo de 80%, e em 20% não consta nenhuma informação. A avaliação externa está presente em 60% dos PPCs, que incluem os termos avaliação externa, o Sinaes e o Enade. Quando abordada a avaliação externa, esta aparece como requisito para obtenção da continuidade do funcionamento dos cursos junto à avaliação de reconhecimento de curso do MEC.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que o processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos são influenciados de forma direta pelos resultados de avaliações externas, uma vez que esse instrumento avaliativo fornece informações que permitem ao MEC tomar medidas para notificar as IES. As principais medidas são realizadas por meio de “notificações sobre irregularidades, termos de compromissos assinados com as instituições, medidas de saneamento das deficiências, medidas cautelares de suspensão ou redução de novos ingressos e penalidades de instituições” (Nunes; Avila, 2017, p. 519).

Os PPCs dos cursos de Ciência da Computação e Matemática Computacional apresentam questões ligadas à avaliação externa, mais especificamente ao Enade. Diante da necessidade em acompanhar o ensino e aprendizagem dos estudantes, utiliza-se das avaliações internas e do constante monitoramento para que, quando submetidos às avaliações externas, tenham um bom desempenho. Outro ponto destacado é a criação do Sinaes, em que se expõem instrumentos que viabilizam, por meio da avaliação do MEC, o aperfeiçoamento do PPC do curso.

Com relação ao Sinaes, foram encontradas referências nos PPCs de Administração, Administração Pública e Gestão Social, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Letras/Libras e Matemática Computacional. Esta alusão vem ao encontro do que é preconizado na política do Sinaes, que foi implantado para gerar indicadores de

autoconhecimento das IES e indicadores nacionais, com o objetivo de fomentar “uma prática de avaliação e de reflexão imprescindíveis para o bom desenvolvimento de uma instituição de educação superior” (Polidori; Araújo; Barreyro, 2006, p. 431).

Nos PPCs dos cursos de Administração (2009) e de Administração Pública e Gestão Social (2010), o Sinaes encontra-se citado como um sistema regulador na produção de aspectos voltados para avaliação institucional e como instrumento que subsidiou a implantação obrigatória das comissões próprias de avaliação. Acrescentam ainda que a instituição disponibiliza de comissões centrais e setoriais, onde são produzidas as principais ações no que se refere às avaliações internas e externas. Quando atualizado, o PPC de Administração (2019) reduziu as informações referentes ao Sinaes, pois apenas menciona a lei n. 10.861, de 2004, ressaltando a criação do sistema e que a partir dele são geradas informações que remetem às avaliações do curso e da instituição. Quanto ao PPC de Administração Pública e Gestão Social vigente (2016), não foi encontrada nenhuma informação relacionada ao Sinaes.

Nos PPCs dos cursos de Ciência da Computação e Matemática Computacional foram encontrados elementos a respeito do Sinaes, especificamente quando buscam relacioná-lo aos instrumentos de avaliação de curso no sentido de reconhecimento, autorização e renovação do reconhecimento do curso. Com isso, é possível perceber que o Sinaes novamente é citado no sentido regulador. No PPC do curso de Engenharia Civil aparece apenas se reportando ao fato da criação da lei de implantação do Sinaes. No PPC do curso de Letras/Libras são encontrados elementos que fazem referência às CPAs, com acompanhamento do colegiado do curso e, além disso, salienta que as avaliações internas serão feitas com base nos documentos oficiais do Sinaes.

Mesmo sendo descrito nos PPCs, o Sinaes é apresentado de modo superficial, apenas sendo feita a menção de sua criação e sua função reguladora de avaliar os aspectos internos e externos da IES, citando também a criação das CPAs e das comissões centrais e setoriais como responsáveis pela elaboração e fornecimento das informações geradas no âmbito da avaliação da instituição e do próprio curso, com um caráter regulatório do sistema, isto é, consideram a avaliação para fins burocráticos.

Vale ressaltar que os resultados obtidos por meio das avaliações em larga escala devem servir como apoio estratégico na formulação ou reformulação das práticas pedagógicas, como os PPCs (Sawicki; Pagliarin, 2018). Nesse sentido, o PPC do curso de Jornalismo, diferentemente dos demais, apresenta o Sinaes de forma mais ampliada e o relaciona com o próprio PPC, apontando a necessidade, com base nas avaliações externas, de um planejamento para sua atualização, com a temporalidade trienal, dentro do ciclo avaliativo do Sinaes.

Dos vinte PPCs analisados, observou-se que 55% destes relataram alguma informação sobre a avaliação institucional. Numa perspectiva formativa, o projeto pedagógico estaria articulado com a avaliação institucional e avaliação externa, tal como o Enade, como pode ser verificado nos trechos a seguir:

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como mecanismos para aprimoramento contínuo do curso e replanejamento das ações. (PPC Agronomia, 2018, p. 140)

Na perspectiva adotada pela UFC, a avaliação das instituições de educação superior tem caráter reflexivo e formativo, cuja síntese está na frase socrática: “conhece-te a ti mesmo”. Visa a conhecer e a aperfeiçoar as atividades internas da IES, bem como a ação dos seus principais agentes: egressos, discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. Nessa visão, a avaliação institucional busca a participação responsável e efetiva desses agentes, de modo a construir uma cultura

interna favorável à avaliação, que possibilite maior conscientização acerca da missão, bem como das finalidades acadêmica e social da IES. (PPC Administração, 2009, p. 44)

Um processo dessa natureza requer, por um lado, agregar elementos quantitativos, fator crucial no sucesso de um projeto de avaliação, e, por outro, a interpretação e a incorporação dos aspectos qualitativos pelos diversos atores que participam do processo instrucional: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Em síntese, serão adotados dois tipos de procedimentos: avaliação de cursos e disciplinas e avaliação institucional permanente. (PPC Administração, 2009, p. 45)

Neste sentido, a autoavaliação institucional tem como potencial a construção de informações que retratem de maneira mais aproximada a realidade institucional, a partir de múltiplos dados, de natureza quantitativa e qualitativa, envolvendo os diversos atores que compõem uma IES. Por isso, os seus resultados culminam na compreensão do reconhecimento de suas ações, dentre as quais permitem a correção e o aperfeiçoamento das estratégias de melhoramento dos eixos que atravessam a oferta do ensino de qualidade: documentos políticos e pedagógicos de gestão, infraestrutura, transparência e prestação de contas com órgãos de controle, regulação e sociedade civil.

Nos PPCs analisados também foi possível verificar a utilização da avaliação institucional como sinônimo de avaliação de cursos, como descrito no PPC do curso de Música: “Nesse íterim, foi realizada a primeira avaliação institucional, na qual o curso obteve conceito 4. Após a avaliação, o NDE juntamente com o colegiado do Curso de Música deu início ao processo de reformulação do projeto pedagógico do curso” (PPC Música, 2014, p. 4). No entanto, estas são avaliações diferentes, uma vez que a avaliação institucional abarca além da avaliação externa e a autoavaliação. O conceito apresentado refere-se ao conceito preliminar de curso, que é produzido a partir dos dados gerados pelo Enade, o Enem e o Censo da Educação Superior (Brasil, 2004).

Os PPCs que tratam sobre o Enade apresentam informações direcionadas às orientações de acompanhamento do coordenador de curso, como é o caso do PPC do curso de Ciências Contábeis (2018): “Inscrever e estimular a participação dos estudantes no Enade - Exame Nacional de Desempenho, (quando o curso for passar pelo Enade)” (p. 39). Ademais, contêm informações a respeito do acompanhamento e avaliação da metodologia de ensino para fins de melhoria dos resultados dos discentes no Enade, observados nos cursos de Ciência da Computação e Matemática Computacional:

O acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem se dará conforme estabelecido no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA. De modo complementar, detalhes sobre a verificação da eficiência dos alunos devem estar previstos em cada Programa de Disciplina, devidamente aprovado pelo NDE e pelo Colegiado do curso. Por fim, tais mecanismos de acompanhamento e avaliação buscarão fortalecer o

desempenho dos discentes tanto no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, como também no Exame Nacional para Ingresso na Pós-Graduação em Computação. (PPC Ciência da Computação, 2018, p. 34)

É possível observar que, no PPC do curso de Ciências Contábeis, existe um direcionamento para o estímulo dos estudantes do curso em realizar o Enade, contudo, apenas promovendo a sua participação. Desse modo, percebe-se que essa prática acontece de modo a restringir os aspectos avaliativos do Enade, pois cabe também às coordenações dos cursos de graduação e aos NDE um trabalho sobre os resultados do Enade de maneira que estimulem os estudantes a compreenderem de que forma os resultados estão sendo utilizados, quer seja na melhoria do ensino, quer seja das ações pedagógicas, da infraestrutura, dentre outros aspectos.

A partir da análise dos PPCs dos cursos de Ciência da Computação e Matemática Computacional, verificou-se que existem pontos que dialogam sobre a utilização do acompanhamento das práticas avaliativas em um contexto de melhoria dos resultados dos estudantes do Enade. Porém, nota-se que não há um detalhamento sobre de que forma os resultados produzidos a partir das avaliações externas e a autoavaliação institucional contribuirão como um instrumento colaborativo para com o aprimoramento do PPC, o que poderia gerar um impacto positivo no ensino que é oferecido pela IES. Segundo o instrumento de avaliação de cursos de graduação do Inep, no que se refere à gestão do curso e aos processos de avaliação externa e interna, as instituições, para obterem o conceito 5, deverão ter uma gestão do curso

planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso. (Inep, 2017, p. 16)

Como destaca Dias Sobrinho (2010), a avaliação deverá estar relacionada com os aspectos futuros da educação, ou seja, dentro dos PPCs a avaliação seria um componente articulador no sentido de fornecer informações e dar indicativos de quais aspectos podem ser melhorados, entendendo o PPC como um documento norteador, político e técnico e que tem relação com o presente e futuro dos cursos. De acordo com Caria (2011), pelos projetos políticos pedagógicos pode-se inferir a realidade da instituição e proporcionar metodologias para modificá-la, caso seja necessário.

Considerações finais

As reflexões desse estudo são relevantes para o debate acerca do uso dos resultados das avaliações das instituições de ensino superior, especialmente porque o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior tem apresentado alguns desafios que vão de encontro ao protagonismo das avaliações em larga escala e a desvalorização da avaliação institucional interna, com a subutilização dos resultados para fins de regulação, pouco atentos às mudanças formativas que a avaliação pode trazer para qualidade do ensino e aprendizagem.

Ao encontrarmos, junto à análise dos projetos pedagógicos de cursos, apresentações e discussões superficiais dos processos avaliativos, observamos a necessidade de um alinhamento mais próximo destes documentos norteadores e os resultados da avaliação institucional externa e interna, tendo em vista que os PPCs se inscrevem na função de orientar as práticas de gestão e os contextos pedagógicos, com vistas a cumprir as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional.

Algo que necessita ser melhor ampliado é a análise documental, com acesso às atas das reuniões dos núcleos docentes estruturantes e dos colegiados dos cursos de graduação para comparar, além de verificar junto aos coordenadores, professores e estudantes como são utilizadas em seus cursos as informações oriundas das avaliações institucionais externas e internas, tornando-se base para a ampliação da pesquisa sobre os resultados da avaliação e o seu uso nas práticas de gestão.

Ao analisar isoladamente os PPCs, não foi possível obter uma visão ampla de como esta IES tem implantado a avaliação no seu contexto. Evidencia-se que a consolidação da cultura avaliativa nos espaços institucionais ainda é um desafio, sendo incorporada de maneira ritualizada e pouco utilizada para momentos de reflexão e ação de melhoria, a começar na própria elaboração dos documentos oficiais dos cursos e da instituição. Existe ainda a necessidade de uma maior participação dos diferentes sujeitos pertencentes aos espaços das IES, tornando-se essencial para a efetivação da prática avaliativa.

Referências

- ABRAMOWICZ, Mere. Avaliação, tomada de decisões e políticas: subsídios para um repensar. *Estudos em avaliação educacional*, São Paulo, n. 10, 1994, p. 81-102.
- AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 22, n. 75, 2001, p. 15-29.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Agenda Política*, São Carlos, v. 3, n. 2, 2015, p. 12-42.
- ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Avaliação institucional e projeto político-pedagógico: dois lados de uma mesma moeda. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 28, n. 67, 2017, p. 32-62.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e base da educação nacional*. Brasília: Congresso Nacional. 1988.
- BRASIL. *Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004*: institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BRASIL. *Portaria n. 1.795, de 27 de dezembro de 1994*. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 1994. Seção 1, p. 20767.
- BRASIL. *Portaria normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007*: republicada por ter saído, no DOU n. 239, de 13-12-2007, Seção 1, p. 39-43, com incorreção no original. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, n. 249, seção 1, quarta-feira, 29 de dezembro de 2010, p. 23-31. Disponível em: http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria_Normativa_40-2007_-_republicada.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. *Portaria normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018*. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38406804/do1-2018-08-27-portaria-normativa-n-840-de-24-de-agosto-de-2018-38406450. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

CARIA, Alcir de Souza. *Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *A educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade*. Brasília: Inep, 1999.

CECHINEL, André et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação*, Criciúma, v. 5, n. 1, 2016, p. 1-7.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, 2013, p. 969-992.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v.15, n. 1, 2010, p. 195-224.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 18, n. 1, 2013, p. 107-126.

FIALHO, Nadia Hage; HETKOWSKI, Tânia Maria. Mestrados profissionais em educação: novas perspectivas da pós-graduação no cenário brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 33, n. 63, 2017, p. 19-34.

GATTI, Bernardete Angelina. *A pesquisa em mestrados profissionais*. FÓRUM DE MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO, 1, 2014. Anais... Salvador: Uneb, 2014.

GAUDIO, Ana Paula de Siqueira. *O Prouni como política de inclusão social: uma avaliação por meio do Enade*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n. 53, 2012, p. 178-195.

HAAS, Célia Maria. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 26, n. 1, 2010, p. 151-171.

INEP. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância* autorização. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 8 ago. 2019

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

- MARTINS, André Dutra; BARREYRO, Gladys Beatriz. Instrumentos de accountability na educação superior brasileira: a presença dos rankings acadêmicos na comissão parlamentar de inquérito de gestão das universidades estaduais de São Paulo. *Education Policy Analysis Archives*, Tempe, v. 31, n. 36, 2023, p. 01-26.
- NUNES, Andrea Karla Ferreira; AVILA, Everton Gonçalves. Conexões entre o projeto pedagógico de curso e o questionário do estudante do Enade. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 17, n. 3, 2017, p. 509-528.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, Maranhão, n. 114, 2001, p. 179-195.
- POLIDORI, Marlis Morosini; ARAUJO, Claisy Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ*, Rio de Janeiro, v.14, n. 53, 2006, p. 425-436.
- RISTOFF, Dilvo Ilvo. O Sinaes e os seus desafios. *Avaliação*, Sorocaba, v. 9, n. 1, 2004, p. 179-183.
- RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro, n. 4, 2013, p. 1-32.
- SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni; RAPHAEL, Hélia Sônia. Projeto pedagógico e avaliação institucional: articulação e importância. *Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v.11, n. 1, 2006, p. 103-113.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, Rio Grande, v. 1, n. 1, 2009, p. 1-15.
- SAWICKI, Simone Salette; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. Gestão escolar e avaliação em larga escala: realidades, possibilidades e desafios. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 7, n. 16, 2018, p. 25-39.
- SOBRINHO, José Dias. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, 2008, p. 817-825.
- SOUSA, José Vieira de. Autoavaliação institucional na política do Sinaes: concepção, desafios e possibilidades de avanços. *Examen*, Brasília, v. 2, n. 2, 2018, p. 77-99.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006, p. 20-45.
- UNESCO. *Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos*. Brasília: Orealc-Unesco, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 2004.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281.
- VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p.291-310, jul/set.2006.
- VILLAR, Ana Paula Russo. *A prática avaliativa em uma organização escolar por ciclos de aprendizagem*. Recife: UFPE, 2009. 259f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco.